

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-7428

CONTRATO Nº 563/2018

UFSC/PROAD/DPC/CCF

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC E A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU

INCDH / SIAFI Nº 572/2018

PROCESSO: 23080.073961/2018-23DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 604/2018CONTRATANTE:

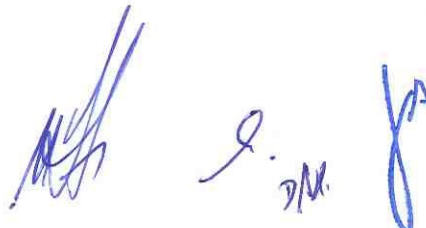
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrita no CNPJ sob nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, bairro Trindade, em Florianópolis/SC, 88040-970, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo(a) **Pró-Reitor de Extensão, Rogério Cid Bastos**, CPF nº 401.425.409-78, CI nº 6040177 – SSP/SC;

CONTRATADA:

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.476.911/0001-17, com sede no Campus Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade – Florianópolis/SC - 88040-900, com **Registro no MEC/MCT: nº 066/2016**, Portaria conjunta MEC/MCT nº 066, DATA: 19/09/2016, PUBLICADA NO D.O.U de: 20/09/2016, SEÇÃO 1, FLS. 15, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) **Superintendente, Gilberto Vieira Ângelo**, CPF nº 179.758.409-04, CI nº 122.899-4, resolvem celebrar o presente contrato,

Considerando:

Que o Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamentam a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, realizem convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações constituídas com a finalidade de dar apoio na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos. Resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a Resolução Normativa 088/2016/CUn/UFSC e legislação pertinente cabível e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Instrumento Contratual tem por objeto o apoio administrativo e financeiro pela **CONTRATADA** no Projeto de Extensão intitulado “**Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Crianças Menores de 18 Meses de Idade pela Detecção do DNA Pró-Viral**”, financiado pelo(a) **Ministério da Saúde**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Compete conjuntamente às partes alocar os recursos humanos que se fizerem necessários à operacionalização deste Contrato;

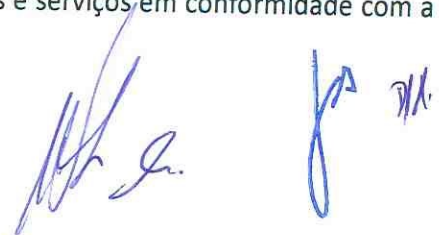
2.2 Além das demais obrigações previstas neste Contrato competem:

2.2.1 **À CONTRATANTE:**

- a) Alocar, dentro de suas possibilidades e disponibilidade, os meios e mecanismos necessários à consecução do Projeto enunciado na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio;
- b) Designar um Fiscal para fazer o acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- c) Executar as atividades previstas no Plano de Trabalho (Anexo I);
- d) Disponibilizar as suas instalações físicas, laboratoriais, os seus equipamentos e acervo técnico para a execução do Projeto;
- e) Responsabilizar-se pelo desenvolvimento do Projeto a que se refere este Contrato.

2.2.2 **À CONTRATADA:**

- a) Apoiar a execução das atividades administrativas e financeiras necessárias à execução do Projeto, previstas na Cláusula Primeira, conforme o Plano de Trabalho (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo II);
- b) Administrar os recursos financeiros destinados à execução do Projeto, aplicando-os conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro, inserido no Plano de Trabalho (Anexo I);
- c) Manter registros contábeis e de controle financeiro, especificamente relacionado com os recursos destinados à execução do Projeto;
- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes da contratação de pessoal que porventura sejam necessários para a execução do Projeto, com a finalidade de zelar pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho;
- e) Responsabilizar-se solidariamente com terceiros, sempre que os contratar para a execução de qualquer etapa dos trabalhos que seja objeto deste Contrato;
- f) Emitir notas fiscais/faturas dos serviços prestados na consecução do objeto deste Contrato à **CONTRATANTE**;
- g) Prestar, sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades administrativas e financeiras referentes a este Contrato;
- h) Realizar a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços em conformidade com a Lei nº 8.958/94;



- i) Apresentar à **CONTRATANTE**, conforme indicado na Cláusula Quinta, a prestação de contas referente à aplicação dos recursos;
- j) Reconhecer que à **CONTRATANTE** é conferido o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto descrito no ANEXO I deste Contrato, com o objetivo de verificar a metodologia utilizada. Caso seja constatado qualquer tipo de conflito entre as atividades de execução e o conteúdo do referido ANEXO I, a **CONTRATANTE** terá a prerrogativa de cientificar a **CONTRATADA** a respeito de tais impropriedades;
- k) Assegurar à **CONTRATANTE** o direito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Projeto, descrito no ANEXO I deste Contrato, e de comunicar eventuais desacordos constatados;
- l) Prestar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitada, quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários ao acompanhamento da evolução dos trabalhos e sobre as atividades desenvolvidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1 Para a execução do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** repassará o montante de **R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)** à **CONTRATADA**, conforme o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho – ANEXO I, obedecidas às seguintes condições:
- a) Os recursos financeiros, a serem transferidos pela **CONTRATANTE**, serão obrigatoriamente movimentados pela **CONTRATADA** por intermédio de conta bancária exclusiva, vinculada a este Contrato, em agência situada na cidade de Florianópolis/SC, cujos extratos integrarão as respectivas Prestações de Contas;
 - b) Os recursos financeiros destinados à execução das atividades relacionadas a este documento deverão ser aplicados em Conta Poupança ou Fundos lastreados pelo Governo Federal;
 - c) A **CONTRATADA** deverá efetuar a devolução do ressarcimento para a **CONTRATANTE**, conforme Resolução específica do Projeto, na forma abaixo indicada:
 - I – 1% (um por cento) destinado à unidade universitária de origem do processo; -
 - II – 2% (dois por cento) destinados ao departamento de ensino ou a setores equivalentes (órgãos administrativos ou órgãos suplementares) de origem do projeto;
 - III – 4% (quatro por cento) distribuídos da seguinte forma:
 - a) 0,9% para incrementar os Programas de Bolsas de Extensão;
 - b) 0,6% para incrementar os Programas de Bolsas de Monitoria e Estágio;
 - c) 1% para a constituição do Fundo de Extensão (FUNEX), gerenciado pela PROEX para incrementar e viabilizar ações de extensão;
 - d) 0,5% para incrementar ações de cultura gerenciadas pela Secretaria de Cultura e Arte;
 - e) 0,5% para incrementar ações de inovação gerenciadas pela Secretaria de Inovação;
 - f) 0,5% para incrementar Programas de Permanência gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;
 - d) A **CONTRATADA** será ressarcida pelos serviços prestados no caput desse contrato no valor total de **R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)**.



CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa: 10.305.2015.20YJ.0001; Ptes: 091377; Fonte: 6151694640; Natureza: 339039.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

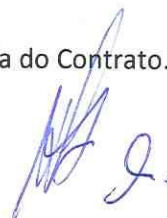
5.1 A prestação de contas final referente aos recursos financeiros recebidos pela **CONTRATADA** deverá ser realizada até 60 (sessenta) dias após o término do prazo de vigência do presente Contrato e constituída dos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento de prestação de contas;
- b) Demonstrativo da execução da receita e da despesa;
- c) Comprovante de depósito bancário referente à devolução do saldo não utilizado, se for o caso;
- d) Relação das despesas em conformidade com o especificado na planilha orçamentária do projeto e em ordem cronológica;
- e) Relação de bolsistas e contratados pela CLT com as respectivas cargas horárias, quanto for o caso;
- f) Relação de bens adquiridos (material permanente e equipamentos) quando for o caso, juntamente com o respectivo número do processo e/ou da solicitação para registro e tombamento na **CONTRATANTE**;
- g) Extrato da conta corrente bancária específica e da aplicação dos recursos;
- h) Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quanto o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- i) Documentos de responsabilidade do coordenador do projeto (relatório de cumprimento o objeto; relação de pessoas treinadas, quando for o caso; e declaração sobre a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio em atendimento ao instrumento contratual).
- j) A apresentação da Prestação de Contas Final com os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverá ser apresentada de forma digital, obedecendo a critérios de qualidade, através do SPA “UFSC sem papel”, inseridos no mesmo processo que originou o Contrato.

5.2 A **CONTRATADA** manterá arquivados, em pasta específica, os originais dos comprovantes das despesas (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagens e outros comprovantes) pelo prazo de 10 (dez) anos, contado a partir da data de entrega da Prestação de Contas Final, à **CONTRATANTE**;

Parágrafo único. Na apreciação da prestação de contas, a **CONTRATANTE** não considerará provadas e glosará as despesas cujos documentos (comprovantes):

- a) Apresentem emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza de seu conteúdo;
- b) Apresentem-se em condições de difícil leitura ou compreensão, a menos que sejam acompanhados de justificativa que indique inequivocamente o fato a ser comprovado e os elementos de convicção;
- c) Tenham sido emitidos fora do prazo de vigência do Contrato.



5.3 A **CONTRATADA** anotará em cada comprovante de despesas o número do cheque ou do comprovante bancário correspondente ao pagamento, observada a organização cronológica sequencial e numérica, a fim de estar em conformidade com a relação de pagamentos;

5.4 A **CONTRATADA** deverá restituir à **CONTRATANTE**, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, eventual saldo remanescente dos recursos de que trata a Cláusula Terceira até 30 (trinta) dias após a integral conclusão do objeto deste Contrato;

5.5 No caso de valores destinados ao pagamento de ressarcimento pela **CONTRATADA**, quando houver, o depósito dos valores destinados a esse fim deverá ser realizado em Conta Única da União;

5.6 Quaisquer irregularidades na Prestação de Contas, assegurado o amplo direito de defesa, impedirão a **CONTRATADA** de celebrar Contratos com a **CONTRATANTE** pelo prazo de 02 (dois) anos e a obrigará a restituir os recursos recebidos, corrigidos por índice oficial vigente na época, independentemente de outras penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DOS TRIBUTOS

6.1 Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato e/ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, ficando expressamente vedado o seu repasse para a **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

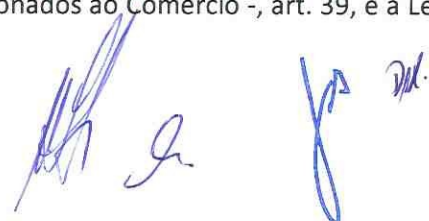
7.1 O presente instrumento contratual não gera nenhum direito de propriedade intelectual para a **CONTRATADA**.

7.2 A **CONTRATADA** obriga-se a fazer com que todos os envolvidos no PROJETO, assim como pesquisadores, empregados ou prestadores de serviços, contratados mediante vínculo trabalhista, ou não, para a execução do presente PROJETO, firmem termo de cessão de eventuais direitos de propriedade intelectual, oriundos dos serviços prestados, para **CONTRATANTE**, assim como termos de sigilo e confidencialidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE E DA NÃO DIVULGAÇÃO

8.1 Todas as informações e conhecimentos identificados como sigilosos aportados pelas Partes para a execução do Projeto serão tratados como confidenciais, assim como todos os seus resultados;

8.2 A confidencialidade implica na obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não-envolvidos no Projeto, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma que dispõe o anexo do Decreto nº 1355/94 – que promulga o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio -, art. 39, e a Lei nº 9279/96, art. 195, XI.



- 8.3 Não são tratados como conhecimentos e informações confidenciais:
- a) Aqueles que tenham se tornado de conhecimento público pela publicação de pedido de patente ou registro público ou de outra forma que não por meio dos Partícipes;
 - b) Aquelas já em conhecimento da Parte receptora anteriormente à informação da Parte divulgadora e que não sejam objeto de outro termo de confidencialidade;
 - c) Aqueles desenvolvidos pela Parte receptora de maneira independente, sem o uso ou referência a informações confidenciais;
 - d) Aqueles cuja divulgação se torne necessária:
 - d.1) Para a obtenção de autorização governamental para a comercialização dos resultados do Projeto;
 - d.2) Quando exigida por lei ou quando necessária ao cumprimento de determinação judicial e/ou governamental;

Parágrafo Único: Nos casos previstos nas alíneas d.1) e d.2), qualquer dos partícipes deverá notificar imediatamente os demais e requerer sigilo no seu trato judicial e/ou administrativo.

- 8.4 Qualquer exceção à confidencialidade no âmbito desse Contrato deverá ser ajustada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA NONA - DOS BENS PERMANENTES

9.1 Todos os bens permanentes adquiridos com os recursos disponibilizados deverão ser incorporados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, imediatamente após o seu recebimento, observada a norma interna que rege a matéria patrimonial;

9.2 Na nota fiscal/fatura referente aos bens adquiridos (material permanente), a **CONTRATADA** entregará a uma cópia à **CONTRATANTE**, para fins de incorporação ao seu patrimônio. A outra via fará parte da prestação de contas, devendo ambas ser atestadas pelo Coordenador, na forma seguinte:

Atesto o recebimento do(s) bem (s) ou a prestação dos serviços indicado(s) nesta nota fiscal/fatura, adquiridos com recursos do CONTRATO ____/____.

(Assinatura, nome e/ou carimbo)

CLÁUSULA DÉCIMA- DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO

10.1 Para fins deste Contrato, a **CONTRATANTE**:

- a) Indica como fiscal o(a) Servidor(a) **Beatriz Garcia Mendes Borba**, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, lotado(a) no(a) **Departamento de Análises Clínicas (ACL/CCS)**, inscrito(a) no SIAPE sob o nº **2653969**, telefone **3721-9712**, e-mail **beatriz.mendes@ufsc.br**, o (a)



qual será o (a) responsável por fiscalizar a execução direta das atividades deste Contrato bem como avaliar e encaminhar à **CONTRATANTE** relatórios de execução referente ao o cumprimento das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I) deste Contrato; o(a) qual será designado(a) pelo DPC/PROAD através de Portaria, a quem competirá a supervisão das atividades específicas no que se refere, exclusivamente, ao projeto contratado, conforme artigo nº 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

b) Indica como coordenador o(a) Servidor(a) **Maria Luiza Bazzo**, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, lotado(a) no(a) **Departamento de Análises Clínicas (ACL/CCS)**, inscrito(a) no SIAPE sob o nº **1159581**, telefone **3721-9712**, e-mail **m.l.bazzo@ufsc.br**, o (a) qual será o (a) responsável por Coordenar a execução direta das atividades deste Contrato, na qualidade de ordenador de despesas, bem como, avaliar e encaminhar à **CONTRATANTE** relatórios de execução e controle técnico que atestem o cumprimento das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo II), além dos relatórios semestrais;

10.2 Toda e qualquer questão derivada da aplicação e interpretação deste Contrato, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos signatários, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

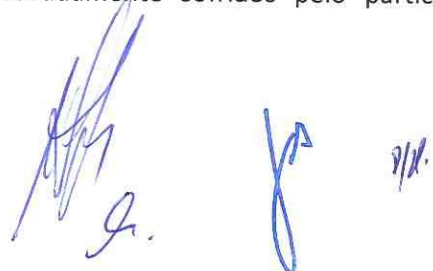
11.1 Os serviços contratados terão início e término concomitantes às etapas de execução estabelecidas no Plano de Trabalho, sendo executados de forma contínua durante seu prazo de vigência. Regime de execução será empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas;

12.2 Constitui motivo para a denúncia deste Contrato, independentemente de prévia notificação, o descumprimento de quaisquer das suas cláusulas e condições pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) A inexecução, mesmo que parcial, do objeto do Contrato;
- b) A utilização dos recursos em finalidades diversas das estabelecidas neste Contrato e em seu Plano de Trabalho (Anexo I);
- c) A falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e prestação de contas final à **CONTRATANTE** nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- d) Se a inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste Termo de Contrato causar prejuízo, o partícipe infrator indenizará os danos comprovadamente sofridos pelo partícipe inocente.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Quaisquer alterações das condições estabelecidas neste Contrato somente poderão ocorrer mediante a celebração de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

14.1 A licitação é dispensada no presente caso, de acordo com o disposto no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.1 O presente Contrato vigorará da data de sua assinatura com vigência até a data de **18/07/2019**;

15.2 O Contrato somente poderá ser prorrogado, conforme a lei nº 8.666/93, devendo-se observar o limite de 60 meses;

15.3 O prazo de vigência do presente Contrato deverá estar dentro da vigência da Descentralização de Crédito ou do Convênio que objetivou a transferência de recursos ou, nos casos de recursos próprios, dentro dos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

16.1 O contrato poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente pela **CONTRATANTE**, nos casos do artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/93;
- b) Por acordo mútuo, na forma do inciso II do artigo 79 da Lei 8.666/93, e;
- c) Judicialmente, na forma do inciso III do artigo 79, inciso III, da Lei 8.666/93.

16.2 No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a autoridade administrativa poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das responsabilidades civis e penais, aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

16.3 Sem prejuízo do contido em 16.2, será aplicada à **CONTRATADA**:

- d) Multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para os custos operacionais, caso haja inadimplemento parcial ou prática de fato que não leve à rescisão unilateral do contrato;
- e) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os custos operacionais, caso haja recusa na sua execução, inadimplemento total ou prática de fato que leve à rescisão unilateral do contrato.



J. *M.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 A eficácia deste Contrato, bem como seus eventuais Termos Aditivos, está condicionada à publicação do respectivo extrato no D.O.U. (Diário Oficial da União), conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As Partes elegem o foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para nele ser dirimido qualquer litígio oriundo deste Termo de Cooperação que não puder ser resolvido por negociação direta.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que também o assinam.

Florianópolis, 21 de março de 2019.




Rogério Cid Bastos
Pró-Reitor de Extensão

Gilberto Vieira Ângelo
Superintendente da Fapeu

TESTEMUNHAS:



David Arruda Husadel
Coordenador da CCF/DPC/PROAD/UFSC
Portaria nº 1821/2015/GR -
CPF:
RG:

Karoline Noronha da Silva Verzola
CPF: 034.505.669-89
Assistente Administrativa
Setor de Projetos - FAPEU
CPF:
RG:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DA REITORIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE: (48) 3721-9320 – FAX: (48) 3721-8422
E-MAIL: gr@contato.ufsc.br

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

1 DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto

Diagnóstico da Infecção pelo HIV em crianças menores de 18 meses de idade pela detecção do DNA Pro-viral.

1.2 Período de execução do Projeto

Início previsto: **Na data da assinatura**

Data de término ou duração: **18/07/2019.**

1.3 Motivação e Justificativa

A despeito do desenvolvimento de novas metodologias e da grande oferta de testes diagnósticos para prevenir a transmissão vertical da infecção pelo HIV-1, no mundo, ainda ocorrem anualmente cerca de 390.000 casos (Boyle et al., 2013) e no Brasil a taxa de detecção varia de acordo com as regiões, com média nacional de 2,7 casos/1000 nascidos vivos. Essa taxa de transmissão vertical da infecção pelo HIV é extrapolada nas regiões Sul (até 6-12 casos/1000 nascidos vivos) e Norte (4-6 casos/1000 nascidos vivos). Sem tratamento cerca de 50% dos bebês infectados morrem antes do segundo ano de vida. O diagnóstico precoce do recém-nascido e da criança infectada por transmissão vertical é fundamental para iniciar rapidamente a terapia antirretroviral, a profilaxia das infecções oportunistas e os cuidados do suporte nutricional. As barreiras para a identificação de crianças elegíveis para tratamento incluem as dificuldades de diagnosticar a infecção, especialmente, nas crianças com menos de 18 meses de idade pela interferência de anticorpos maternos, fato que torna inapropriada a utilização de teste sorológicos. Outra barreira é a dificuldade do uso de testes moleculares quantitativos por eventuais dificuldades de encontrar em crianças pequenas o número de cópias do RNA viral capaz de assegurar a infecção. No Brasil, a metodologia molecular quantitativa é indicada para o diagnóstico de crianças até 18 meses de idade, entretanto a segurança diagnóstica ocorre se a carga viral apresentar mais de 5000 cópias do RNA viral. Dados do Ministério da Saúde indicam que anualmente cerca de 380 crianças apresentam carga viral entre uma (1) e 5000 cópias. Neste cenário a utilização de metodologia que detecte o cDNA viral inserido em células CD4 (DNA-Proviral) comprova a infecção e viabiliza a prescrição de antirretrovirais à criança que passa a se favorecer com a proteção ao sistema imune e enorme elevação da expectativa de vida. O diagnóstico precoce do recém-nascido e da criança infectada pelo HIV por transmissão vertical é fundamental para iniciar rapidamente a terapia antirretroviral, a profilaxia das infecções oportunistas e os cuidados do suporte nutricional. As barreiras para a identificação de crianças elegíveis para tratamento incluem as dificuldades de diagnosticar a infecção, especialmente, nas crianças com



menos de 18 meses de idade pela interferência de anticorpos maternos, fato que torna inapropriada a utilização de teste sorológicos. Outra barreira é a dificuldade do uso de testes moleculares quantitativos por eventuais dificuldades a carga viral estabelecida no Brasil para diagnóstico (mais de 5000 cópias). A detecção do DNA pro-viral do HIV-1 é indicada quando houver necessidade de exame complementar para oferecer mais segurança no diagnóstico. A orientação se baseia na recomendação de que o diagnóstico em crianças nessa faixa etária não pode ser realizado por meio de testes sorológicos, devendo basear-se na detecção direta do vírus ou de seus componentes.

1.4 Objeto/Objetivos Gerais

Objetivo geral: Detectar DNA Pro-viral em amostras de crianças com menos de 18 meses de idade.
Objetivos específicos.

1. Estabelecer o fluxo para encaminhamento das amostras das crianças ao laboratório referência para detecção do DNA Pro-viral;
2. Detectar, com PCR em tempo real o DNA Pro-viral em amostras de plasma;
3. Encaminhar os resultados dos testes para o médico solicitante e ou inserir os resultados em sistema online do Ministério da Saúde.

2 Participantes

2.1 Fundação

Órgão/Entidade Proponente FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA				C.N.P.J 83.476.911/0001-17	
Endereço CAMPUS UNIVERSITÁRIO – TRINDADE – CAIXA POSTAL 5153					
Cidade FLORIANÓPOLIS	UF SC	CEP	DDD/Telefone 3331-9090	Esfera Adm PRIVADA	
Conta Corrente .	Banco 001	Agência 3582-3	Praça de Pagamento FLORIANÓPOLIS		
Nome do Responsável GILBERTO VIEIRA ÂNGELO				CPF 179.758.409-04	
CI / Órgão Expedidor 122.899-4	Cargo SUPERINTENDENTE	Função SUPERINTENDENTE		Matrícula .	
Endereço RUA JORNALISTA GUSTAVO NEVES, 107				CEP 88015-231	

2.2 Outros Partícipes

Órgão/Entidade Proponente .				C.N.P.J .	
Endereço .					
Cidade .	UF .	CEP	DDD/Telefone .	Esfera Adm .	
Conta Corrente .	Banco .	Agência .	Praça de Pagamento .		
Nome do Responsável .				CPF .	
CI / Órgão Expedidor .	Cargo .	Função .		Matrícula .	
Endereço .				CEP .	



3 Objetivos Específicos/Metas

Número	Descrição do Objetivo/Meta
1	Detectar DNA Pró-viral em amostras de crianças com menos de 18 meses de idade. Metodologia molecular em amostras de plasma, soro ou sangue total coletado por papel filtro. Crianças com menos de 18 meses de idade não podem realizar testes simples para detectar infecção pelo HIV porque há circulação de anticorpos maternos no sangue da criança até essa idade. Indicador: Laudo de liberação do resultado.
2	Estabelecer o fluxo para encaminhamento das amostras das crianças ao laboratório referência para detecção do DNA Pró-viral; As amostras serão coletadas no local de atendimento da criança nos serviços de saúde do Brasil e despachadas para nosso laboratório. Majoritariamente serão amostras em papel filtro pela facilidade e segurança do transporte. Indicador: registro de recebimento das amostras no laboratório referência (LBMMS – UFSC).
3	Detectar, com PCR em tempo real o DNA Pró-viral em amostras de plasma. Indicador: Relatório de registro dos exames realizados obtido do software do equipamento.
4	Encaminhar os resultados dos testes para o médico solicitante e ou inserir os resultados em sistema online do Ministério da Saúde ou no sistema GAL (Gerenciamento de Análises Laboratoriais). Indicador: inserção no sistema GAL ou cópia do envio do resultado por correios ou por e-mail, o que estiver de acordo com a característica do local que enviou a amostra.

4 Cronograma de execução

Fase/Etapa	Indicador Físico		Duração	
	Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Compras dos testes moleculares	400	01/04/2019	01/07/2019
2	Contratação de transportes	400	01/04/2019	01/07/2019
3	Compra dos insumos para realização do projeto	x	01/04/2019	01/07/2019
4	Treinamento com métodos de extração das amostras em papel filtro	2	01/05/2019	10/05/2019
5	Realização dos testes a medida que forem chegando ao laboratório	400	10/07/2019	18/07/2019

5 Plano de Aplicação (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33.9039	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	300.000,00	300.000,00	.



6 Cronograma de desembolso

Nº parcela	Data ou evento físico	Valor a Desembolsar (em R\$)		
		Concedente	Contrapartida	Total
1	01/04/2019	300.000,00	.	300.000,00

7 Declaração

Na qualidade de representante legal, declaro para fins de prova junto à **Universidade Federal de Santa Catarina** para os efeitos e sob penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento,

Florianópolis, 21/03/2019.

Local e data



Proponente

Gilberto Vieira Angelo

RG: 122.899-4 SSP/SC

CPF: 179.758.409-04

Superintendente/FAPEU

8 Aprovação pelo Concedente

Aprovado

Florianópolis, 21/03/2019.

Local e data



Concedente

Paulo Sérgio Bastos

Pró-Reitor de Extensão

PROEX/UFSC

Siape 1157487



ANEXO II

ORÇAMENTO DO PROJETO

PESSOAL

Bolsas de Pesquisa ou Extensão para Professores e Servidores

Nº	Nome do Bolsista	Período (meses)	Remuneração mensal (R\$)	Valor (R\$)
1	Maria Luíza Bazzo	12	500,00	6.000,00
VALOR TOTAL DE BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO				6.000,00

Bolsas para Estudantes

Nº	Modalidade da bolsa	Período (meses)	Remuneração mensal (R\$)	Valor (R\$)
1	Graduação	12	600,00	7.200,00
2	Graduação	12	600,00	7.200,00
3	Graduação ou mestrado	12	1500,00	18.000,00
4	Graduação ou mestrado	12	1500,00	18.000,00
VALOR TOTAL DE BOLSAS PARA ESTUDANTES				50.400,00

SERVIÇO DE TERCEIROS

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Transporte via correios, transportadora ou empresa de logística	400,00	185,25	74.100,00
2	Manutenção de equipamentos	1,00	5000,00	5.000,00
VALOR TOTAL SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA				79.100,00

MATERIAL DE CONSUMO

Nacional

Nº	Descrição do item	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor (R\$)
1	Reagentes, insumos (Incluindo plásticos para biomol) e kits moleculares	1,00	100000,00	100.000,00
2	Material de escritório	1,00	9000,00	9.000,00
VALOR TOTAL NACIONAL				109.000,00

OBRAS E INSTALAÇÕES

Nº	Descrição do item	Valor (R\$)
1	Readequação de espaço físico para melhoria de trabalho.	12000,00
VALOR TOTAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES		12.000,00



RESSARCIMENTOS

Nº	Descrição do ressarcimento	Percentual	Valor (R\$)
1	Centro de Ensino	1,00%	3.000,00
2	Departamento(s) e/ou órgão equivalente	2,00%	6.000,00
3	FUNEX	1,00%	3.000,00
4	Programa de Bolsa de Extensão	0,90%	2.700,00
5	Programa de Bolsas de monitoria e estágio	0,60%	1.800,00
6	Secretaria de Cultura e Arte	0,50%	1.500,00
7	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis	0,50%	1.500,00
8	Secretaria de Inovação	0,50%	1.500,00
9	Fundação de Apoio	7,50%	22.500,00
VALOR TOTAL DE RESSARCIMENTOS		14,50%	43.500,00

RESUMO

PLANILHA RESUMIDA



Despesas Correntes	R\$	244.500,00
Pessoal - exceto bolsas de estudantes	R\$	6.000,00
Pessoal - apenas bolsas de estudantes	R\$	50.400,00
Serviço de Terceiros (PF + PJ + Despesas Importação)	R\$	79.100,00
Passagens		-
Diárias		-
Material de Consumo Nacional	R\$	109.000,00
Material de Consumo Importado		-
Despesas de Capital	R\$	12.000,00
Equipamento e Mat. Perm. Nacional		-
Equipamento e Mat. Perm. Importado		-
Obras	R\$	12.000,00
Total Geral (sem ressarcimento)	R\$	256.500,00
Ressarcimentos	R\$	43.500,00
Total Geral (com ressarcimento)	R\$	300.000,00

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



FAPEU

IDENTIFICAÇÃO DE CUSTOS DOS PROJETOS

29/11/2018

Descrição dos dados do Projeto		
Nome do projeto:	Número	-
Diagnóstico da Infecção pelo HIV em crianças menores de 18 meses de idade pela detecção do DNA Pro-viral	Ministérios/UFSC	
Coordenador:	Valor do Projeto	300.000,00
Maria Luiza Bazzo	Prazo/Meses	12
Atividades relacionadas com abertura e gestão técnica do projeto		
Total		
Contratação:	1.486,10	0,50%
Acompanhamento:	606,15	0,20%
Total dos procedimentos de abertura e gestão do projeto	2.092,24	0,70%
Atividades relacionadas com o procedimentos jurídicos		
Total		
Procedimentos jurídicos :	2.012,15	0,67%
Contratos:	6.087,30	2,03%
Total dos procedimentos jurídicos	8.099,45	2,70%
Atividades relacionadas com os procedimentos de compras		
Total		
Seleção Pública:	5.008,54	
Compra de materiais:	244,50	0,08%
Obras	367,41	0,12%
Compra de serviços:	598,35	0,20%
Pós-Compra:	214,54	0,07%
Almoxarifado:	19,41	0,01%
Total dos procedimentos de compras	6.456,75	2,15%
Atividades relacionadas com gestão de recursos humanos		
Total		
Bolsa/Estágios:	730,42	0,24%
Total dos procedimento de recursos humanos	730,42	0,24%
Atividades relacionadas com os procedimentos financeiros		
Total		
Pagamentos:	669,14	0,22%
Recebimentos:	148,82	0,05%
Gerenciamento Financeiro:	377,44	0,13%
Tarifas:	252,00	0,08%
Conciliação:	1.389,56	0,46%
Total dos procedimentos financeiros	2.836,96	0,95%
Atividades relacionadas com procedimentos contábeis		
Total		
Contabilidade:	641,46	0,21%
Análise Fiscal:	61,60	0,02%
Prestação de contas:	1.047,75	0,35%
Total dos procedimentos contábeis	1.750,81	0,58%
Atividades Diversas		
Total		
Arquivamento:	954,02	0,32%
Total dos procedimentos jurídicos e extraordinários	954,02	0,32%
Fundo de reserva	0,00	0,00%
TOTAL REDOA	22.916,66	7,64%
Apoio FAPEU	-416,66	-0,14%
Inflação	0,00	
Total dos custos para gerenciamento do projeto	22.500,00	7,50%
ReDOA/mês	1.875,00	0,62%



Handwritten signatures and initials in blue ink.